

**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

Pág. 1

ACÓRDÃO Nº 839/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE nº 1734/2011 – 6 volumes.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas – ADS.
- 4- **Exercício:** 2010.
- 5- **Responsável:** Sr. Raimundo Valdelino R. Cavalcante, Presidente, à época.
- 6- **Unidade Técnica:** INFORMAÇÃO Nº 110 /2014-CI/DICA/AM-TCE.
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer n.º 1318/2014-MP, às fls.782/785 - Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.
- 8- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas – ADS. Exercício de 2010.

Contas regulares com ressalvas. Multa. Quitação. Determinação à SEPLENO.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade, nos termos do voto da Exma. Sra. Conselheira-Relatora, que acolheu o voto-vista do Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, em discordância parcial com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:**

9.1 - Julgar REGULAR, COM RESSALVAS, com fulcro no art. 1º, II, art. 22, II, da Lei n. 2.423/1996; art. 18, II, da LC nº. 06/1991; c/c art. 188, §1º, II, da Res. nº. 4/2002, a Prestação de Contas da Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas – ADS – Destaque (U.G. 3648), de responsabilidade do Senhor **Raimundo Valdelino R. Cavalcante**, Diretor-Presidente e Ordenador de Despesas, à época;

9.2 - Nos termos dos arts. 23 e 72, I, da Lei nº. 2423/1996, c/c art. 189, I, da Res. nº. 04/2002-RITCE, dar quitação ao Senhor **Raimundo Valdelino R. Cavalcante**, Diretor-Presidente e Ordenador de Despesas, à época;

9.3 – Na forma prevista no art. 1º, XXVI e art. 52 da Lei nº. 2423/1996, aplicar ao Sr. Raimundo Valdelino R. Cavalcante, Diretor-Presidente e Ordenador de Despesas, à época, multa no montante de R\$ 2.192,06, referente à 0,5% do valor previsto no art. 54, §2º, da Lei nº. 2423/96, c/c art. 1º, da Res. nº. 25/2012, conforme estabelece o art. 53, parágrafo único, da Lei nº. 2423/96, pelas impropriedades constantes dos itens 2, 3 e 4 do voto-vista formulado pelo Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior;

9.4 - Fixar o prazo de 30 (trinta) dias (art. 174 do RITCE), para que o Sr. Raimundo Valdelino R. Cavalcante, Diretor e Ordenador de Despesas, à época, recolha aos cofres da Fazenda Estadual o valor da multa ora aplicada, com a devida comprovação nos autos, o qual deverá ser atualizado monetariamente, na hipótese de expirar o prazo concedido (art. 55, da Lei n. 2423/96), ficando a DICREX autorizada a adotar as medidas previstas nas Subseções III e IV da Seção III, do Cap. X, da Res. n. 4/2002;



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

Pág. 2

ACÓRDÃO Nº 839/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO

9.5 – Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que:

9.5.1 - Remeta à atual Administração da Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas – ADS – Destaque (U.G. 3648), cópias autênticas das peças elaboradas pela Comissão de Inspeção e pelo Representante Ministerial, visando evitar o cometimento das mesmas impropriedades em Prestações de Contas futuras;

9.5.2 - Notifique o Senhor **Raimundo Valdelino R. Cavalcante**, Diretor-Presidente e Ordenador de Despesas, à época, com cópia do Relatório/Voto e Acórdão para ter ciência do decisório e, querendo, apresente o devido recurso;

9.5.3 - Após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos arts. 159 e 160, da Res. nº. 4/2002, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE

10- Ata: 38ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 14 de outubro de 2015.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador- Geral, em substituição.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Relatora

EVANILDO SANTANA BRAGANÇA
Procurador-Geral, em substituição.